

Cerimónia de entrega do Colar-insígnia ao Presidente da República



ACADEMIA DE MARINHA

2018

Sessão Solene
23 de Janeiro de 2018
ACADEMIA DE MARINHA

Cerimónia de entrega do Colar-insígnia
ao Presidente da República



FICHA TÉCNICA:

Título: *Cerimónia de entrega do Colar-insígnia ao Presidente da República*

Coordenação e revisão: *José dos Santos Maia e Luís Couto Soares*

Edição: *Academia de Marinha*

Capa: *Foto de Sofia Amarela*

Data: *Maior 2018*

Tiragem: *200 exemplares*

Impressão e Acabamento: *Página Impar Lda.*

Depósito Legal:

ISBN: *978-972-781-139-7*

ÍNDICE

Nota Introdutória	9
Palavras proferidas pelo Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu	11
Palavras proferidas pelo Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa	15
Fotografias da Sessão Solene	21
Artigo publicado na Revista da Armada	43
Extrato do Decreto-lei	47
Definição de Colar-insígnia	51

NOTA INTRODUTÓRIA

Em 23 de Janeiro de 2018 teve lugar na Academia de Marinha a Sessão Solene de entrega do Colar-insígnia a Sua excelência o Presidente da República, como Presidente de Honra da Academia de Marinha.

A Academia, ao passar a ter o Presidente da República como seu Presidente de Honra, vê fortalecido o peso da missão de que está incumbida – promover e desenvolver os estudos e divulgar os conhecimentos relacionados com a História, as Artes, as Letras e as Ciências e tudo o mais que diga respeito ao mar e às atividades marítimas.

Face à grande procura dos textos proferidos durante a solenidade, a Academia de Marinha entendeu editar o livro que agora se apresenta, nele reunindo também as fotografias alusivas ao evento, a transcrição do Decreto regulamentar que altera o Estatuto da Academia de Marinha, atribuindo a Presidência de Honra ao Presidente da República, a especificação e características do Colar-insígnia usado pelos membros da Academia e o artigo então publicado pela Revista da Armada.

A Academia de Marinha espera que a presente obra constitua um testemunho significativo desta cerimónia e que a presença da figura do Presidente da República, agora institucionalmente ligada a esta Academia, seja mais um contributo para que o seu prestígio saia acrescido, cumprindo-se assim, de uma forma singular, toda a simbologia contida no seu Colar-insígnia: o nó direito, que representa a marinharia e o espírito marinheiro, a cruz de cristo, que sempre esteve ligada ao espírito descobridor; a esfera armilar, símbolo do universalismo e a âncora, representação primeira do mar, dos navios e da sua arquitetura, mas também da constância, da segurança e da firmeza.

O Presidente da Academia de Marinha



*Francisco Vidal Abreu
Almirante*

PALAVRAS PROFERIDAS PELO PRESIDENTE DA ACADEMIA DE MARINHA, ALMIRANTE FRANCISCO VIDAL ABREU

“por mares nunca de outro lenho arados”

Este o verso de “Os Lusíadas” que constitui a divisa da Academia de Marinha.

Senhor Presidente da República, Excelência

É precisamente imbuídos do espírito desta divisa que hoje o acolhemos na Academia de Marinha, honrados pela sua presença e orgulhosos por, a partir de hoje, o passarmos a receber também como nosso Presidente de Honra. É uma nova etapa que enfrentaremos com a mesma determinação dos descobridores, bem alicerçada no conhecimento e experiência dos que nos antecederam.

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional.

A Academia de Marinha não esquece o empenho e o entusiasmo com que recebeu e apoiou a nossa proposta para que esta Academia, à semelhança das outras academias nacionais, também passasse a ter, na pessoa do Senhor Presidente da República, o seu Presidente de Honra, figura que estatutariamente não existia desde a sua criação.

Senhor Professor Adriano Moreira, Senhor General Chefe da Casa Militar do Senhor Presidente da República, Senhores ex-Chefes do Estado-Maior da Armada, Senhor Vice-chefe do Estado-Maior da Armada, Senhores ex-Presidentes da Academia de Marinha, Senhores Presidentes de outras academias, e instituições de cariz cultural, nossos congéneres, aqui presentes, Senhores Académicos, Senhores Embaixadores, Senhores Oficiais Gerais, Senhores convidados, minhas senhoras e meus senhores.

Hoje é dia de festa para a Academia de Marinha.

Fundada em 1978, a meses de fazer quarenta anos, é no entanto a herdeira natural do Centro de Estudos de História Marítima, criado em 1969 por portaria do Ministro da Marinha, Almirante Pereira Crespo e cujos membros fundadores foram os Almirantes Ramos Pereira e Sarmento Rodrigues, os Comandantes Marques Esparteiro, Teixeira da Mota e Humberto Leitão e os historiadores Virgínia Rau, Luís Albuquerque, Alberto Iria, Armando Cortesão e Lixa Figueiras, dez personalidades cujas vidas se cruzaram a partir da história dos descobrimentos, da colonização portuguesa e da construção naval, e que elegeram o Almirante Sarmento Rodrigues como seu presidente.

Um ano mais tarde, em 1970, foi extinto o Centro de Estudos de História Marítima e criado o Centro de Estudos de Marinha, já com duas secções, hoje designadas classes: a de história marítima, fundacional, e a de artes, letras e ciências para a qual entraram 12 personalidades fundadoras em que me permito distinguir os nomes de Serra Brandão, Soeiro de Brito, Esteves Cardoso, Alberto Cutileiro e Maurício de Oliveira.

Por despacho de 27 de Dezembro de 1978 do então Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante António de Sousa Leitão, “considerando que a notável acção desenvolvida pelo Centro de Estudos de Marinha aconselhava a criação de um organismo essencialmente cultural de nível compatível com o prestígio que, nacional e internacionalmente, aquele Centro granjeara”, foi criada a Academia de Marinha e extinto o referido Centro.

Recuando à origem, em 2019 faremos 50 anos, data que certamente será devidamente comemorada.

Ao seu fundador e primeiro presidente, o Almirante Sarmento Rodrigues, marinheiro ilustre, político e visionário, seguiram-se nomes com reconhecido prestígio nacional e internacional:

- Teixeira da Mota, notável historiador, cartógrafo e etnólogo;
- Arantes de Oliveira, prestigiado engenheiro, Reitor e Presidente do Conselho Reitores da Universidade Técnica de Lisboa, também Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Rogério de Oliveira, ilustre construtor naval, a quem a Marinha deve um dos seus melhores navios de sempre e inspirador de navios de outras Marinhas;
- Ferraz Sacchetti, Marinheiro de corpo e alma, brilhante académico e professor universitário;
- Vieira Matias, combatente, ex-Chefe do Estado-Maior da Armada, professor universitário, e grande lutador pelo mar como prioridade estratégica nacional.

A presente direcção herdou assim uma academia prestigiada, que se orgulha dos

seus académicos e de, através deles, poder proporcionar à sociedade civil, e numa base semanal, conferências sobre os mais diversos temas de história marítima ou de artes, letras e ciências com ligação ao mar, mar que será sempre a nossa âncora, por prestigiados investigadores, nacionais ou estrangeiros.

Os membros do Conselho Académico conhecem bem as lições d' "O soldado prático" de Diogo do Couto. Por isso, sabem que o caminho não é destruir o que foi feito pelos que nos antecederam e começar de novo. O nosso trabalho é, e continuará a ser, continuar a construir sobre a obra já edificada.

À data de hoje são 318 os membros vivos desta Academia (de um total de 515), sendo 9 honorários, 64 eméritos, 91 efectivos, 66 correspondentes, sendo os restantes 88, membros associados estrangeiros.

Hoje, ao passarmos a ter o Presidente da República como Presidente de Honra da Academia de Marinha, é dado mais um contributo para que o seu prestígio saia acrescido, cumprindo-se assim, de uma forma singular, toda a simbologia contida no nosso colar-insígnia: o nó direito, que representa a marinharia e o espírito marinho, a cruz de cristo, que sempre esteve ligada ao espírito descobridor, a esfera armilar, símbolo do universalismo e a âncora, representação primeira do mar, dos navios e da sua arquitectura, mas também da constância, da segurança e da firmeza.

Estatutariamente e com periodicidade bienal são abertos concursos para atribuição de três prémios:

- Almirante Sarmiento Rodrigues, no âmbito da história marítima.
- Almirante Teixeira da Mota no domínio das artes letras e ciências.
- Comandante Sousa Machado, única personalidade que, até hoje, teve a honra de ser considerado Pintor de Marinha, com base numa exposição de artes plásticas subordinada ao tema "O Mar e os Motivos Marítimos".

Com a mesma periodicidade é também organizado um Simpósio de História Marítima nos anos ímpares. O do passado ano teve como tema "O Mar como futuro de Portugal (1223 - 1448)" - a propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis em 01 de Fevereiro de 1317, data esta considerada fundacional da Marinha Portuguesa como instituição organizada e comandada. Para apresentarem os seus trabalhos ao longo de três dias, foram convidados e validadas inscrições pela respectiva Comissão Científica num total de 30 oradores, nacionais e estrangeiros.

Diligências efectuadas já no corrente mandato permitiram garantir que, para além do já indicado, se possa iniciar no corrente ano e continuar em todos os anos pares, o lançamento de mais um prémio patrocinado pela Fundação Oriente e um novo simpósio apoiado pelo Banco Santander Totta, cujo tema central será *a interculturalida-*

de na expansão portuguesa e no oriente nos séculos XVI e XVII (Ásia Meridional), ambos em estreita ligação à geografia do Oriente.

A Academia de Marinha tem praticado uma política de entrosamento com as actividades das outras academias e instituições congéneres, quer numa base ocasional, quando tal se propicia, ou com base em protocolos que alternadamente trazem os outros até à nossa casa, ou nos proporcionam levar o sal das nossas vivências a paragens longe da capital. É assim com o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, na Ericeira, desde 2000, com o Centro de Investigação Professor Joaquim Veríssimo Serrão, em Santarém e com a Universidade de Aveiro, encontros estes que relativamente aos dois últimos se iniciarão em 2018.

O ano de 2017 foi um ano fértil na comemoração de efemérides navais, de que destaco os 700 anos da criação da Marinha, os 300 anos da batalha do Cabo Matapão, os 100 anos da criação da Aviação Naval, para além dos ciclos sobre a Grande Guerra e sobre a economia do mar, que se manterão no corrente ano. Hoje, a duas semanas de se ter iniciado um novo ano académico, temos uma sessão ligada à criação estatutária da figura do Presidente de Honra da Academia de Marinha. E coloco esta referência a par das restantes datas maiores, pela importância que ela terá, a partir de hoje, para esta Academia e também para a Marinha.

Faço-o, por considerar que a presença do Presidente da República, institucionalmente ligada a esta Academia, vem reforçar o peso da missão que lhe está cometida - dar a conhecer o mar nas suas várias vertentes, valorizar a importância do mar, ajudar a que o mar deixe de ser apenas palavra de poetas, lembranças do passado, mas clara aposta de futuro.

Portugal tornou-se independente por vontade do seu povo e pelo mar, disse Alexandre Herculano. A identidade marítima que norteou tantos dos nossos grandes persiste, tal como a geografia. A utilização do mar como caminho, foi obra de vontades, vontades férreas de quem sabia o que queria e de um conceito estratégico nacional que, embora não escrito, existia na mente dos governantes de então. Hoje, o mar, sempre o mar, mas agora como destino, também só acontecerá se as vontades forem fortes, determinadas, esclarecidas e continuadas. Tudo faremos para que tal aconteça, agora com a sua ajuda, Senhor Presidente da República e nosso Presidente de Honra.

PALAVRAS PROFERIDAS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PROFESSOR DOUTOR MARCELO REBELO DE SOUSA

Excelências.

É uma honra poder assumir o que ficará a ser para o futuro um vínculo institucional à Academia de Marinha. Vínculo institucional, digo bem, já que tal como há muito acontece noutras academias, é o órgão Presidente da República, e não o seu temporário titular, o cumulado com essa prestigiante honra. Porque, de facto, de uma prestigiante honra falamos ao pensarmos numa academia dedicada ao mar, um dos traços impressionantes da nossa identidade nacional, e ademais, instituição que constitui repositório de elevado apuro histórico, científico, artístico, educativo, económico e social. É este pois o ensejo adequado para felicitar na pessoa do seu Presidente, o contributo cultural e cívico, que tem assinalado o serviço constante da Academia de Marinha à nossa pátria comum, por si só, ou em frutuoso diálogo com as demais congéneres assinaladas pelos seus mais vetustos pergaminhos e nesta cerimónia tão dignamente representadas.

Excelências.

O mar esteve sempre presente na vida e na obra dos Chefes de Estado portugueses. Lembremos a navegação ao serviço da conquista do território continental na primeira dinastia, desde logo no recontro em Cabo Espichel com D. Afonso Henriques e, em particular, a preocupação de monarcas como D. Dinis, tradicionalmente tido, a justo título, por institucionalizador da nossa Armada. Mas invoquemos, de modo particular, a Epopeia da travessia dos oceanos e da chegada a novos continentes, da mais próxima África às mais distantes Ásias, Américas, Oceâneas, a que é uso associar o Infante D. Henrique ou D. Manuel I, ou sobretudo o Príncipe Perfeito. Mas, para sermos fiéis à verdade, nessa infundável linhagem iniciada com a segunda dinastia, a regra seria a da visão marítima dos nossos reis e a exceção raríssima, a sua distância ou alheamento perante essa saga universal.

Assim continuaria a ser em 700 e 800, durante e após o Pacto Colonial e subsistiria até à viragem para 900, vários dos nossos melhores sendo mesmo conhecedores da teoria e da prática, como D. Luís ou D. Carlos, ou sobre ela legislando atentamente, como D. Maria I, D. Maria II ou D. Pedro V.

A tradição monárquica passou para a república, quer a primeira parlamentar, quer a autocrática, com dois Almirantes, Canto e Castro e Américo Tomás e um co-

mandante, Mendes Cabeçadas, para além de vários outros Chefes de Estado afeitos aos estudos académicos ou mais amplamente à mundividência oceânica dos nossos ancestrs. Tão forte aliás foi essa componente na nossa orgânica político-administrativa que, séculos vários, existiu uma Secretaria de Estado, então equivalente a Ministério, dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, mais tarde mesmo Ministério da Marinha e Ultramar, Ministério da Marinha e Colónias, Ministério da Marinha, Secretaria de Estado da Marinha e de novo Ministério da Marinha.

A democracia de abril tem oscilado, neste domínio, a nível governativo, mas vai fazendo o seu caminho a ideia, força de um desígnio marítimo nacional, servido algumas vezes por um Ministério do Mar, mas também e sempre por um poderoso Estado-Maior da Armada, que não deixou de celebrar há pouco mais de um mês os 700 anos dessa Armada, invocando o nosso primeiro almirante, precisamente investido por D. Dinis. E seria manifestamente injusto esquecer ou minimizar o apoio empolgado dos presidentes meus predecessores, todos eles e em especial Mário Soares e Aníbal Cavaco Silva, à causa que nos une. Recuperar esta ligação secular de todo modo expressa no comando supremo das Forças Armadas inerente ao múnus presidencial, através da Academia de Marinha, é duplamente simbólico. Retrata um passado memorável e inspira um futuro promissor.

Excelências.

Não basta, porém, reafirmar uma evidência nacional. Que por essência somos e seremos marítimos. Que a geopolítica para nós passa pelo mar, quer na nossa configuração arquipelágica, quer na essencialidade dos nossos *Mares Nostra*, em particular o Atlântico e o Mediterrâneo. Que o nosso espaço marítimo sobreleva de longe o terrestre e alcança mesmo dimensão assinalável na Europa e no Mundo, pertencendo como pertencemos aos 25 estados com maior Zona Económica Exclusiva do universo. Que os fundos sobre jurisdição nacional poderão atingir mais de 3.8 milhões de km², pela extensão da nossa Plataforma Continental. Que as áreas de responsabilidade nacional de busca e salvamento correspondem a 62 vezes o nosso território. Que 60% das trocas comerciais e 75% das importações chegam por mar, incluindo a totalidade do petróleo e dois terços do gás natural. Que 90% dos turistas incluem nas suas estadas a faixa costeira, acompanhando o aumento do turismo de cruzeiro e o desenvolvimento da marinha de recreio. Que o registo internacional de navios da Madeira é já o terceiro da União Europeia em navios e tonelagem. Que partilhámos a liderança da tecnologia eólica *offshore* flutuante. Mas, mais importante ainda, que a nossa vocação cimeira de plataforma entre culturas, civilizações, oceanos e continentes, é baseada na vivência marítima, que a nossa luta pelos oceanos tem

dominado a agenda externa de forma crescente nos últimos anos, que temos como reconhecida por terceiros a nossa autoridade científica e técnica nesta área, fruto de muito labor de tempos sem fim, que os oceanos são peças-chave na nossa internacionalização e multilateralismo, isto é, a projeção universal e posicionamento chave em inúmeras instituições internacionais. Tudo o que fica dito é verdade, nada do que se recorda importará, contudo, se não persistirmos em atuar de modo consistente, valorizando as nossas credenciais. Precisamos de levar muito mais longe a concretização dos trunfos geoestratégicos de que dispomos, mais próximos ou mais distantes.

Necessitamos de ainda maior empenhamento nas vertentes ecológicas, económicas, sociais e culturais dos oceanos. Antes do mais, temos de levar muito mais longe os trunfos geoestratégicos de que dispomos. No nosso conceito estratégico de defesa nacional, indissociável da nossa própria identidade e carecido de adicionais reflexões nestes tempos desafiantes, o mar tem sempre de ocupar posição central. Na educação, na formação, na pedagogia cívica. Na assunção generalizada pelos portugueses e, em especial pelas gerações mais jovens. Na atenção redobrada ao flanco sul da União Europeia e da Aliança Atlântica, ao Mediterrâneo, ao próximo Oriente, ao norte de África, inseparável da nossa secularmente vivida complementaridade euro-africana. Na visão do Atlântico como um só, juntando o nosso indefetível transatlantismo, do pós-Segunda Guerra, à ligação entre África e América Latina, potenciando esse trunfo essencial que naturalmente sobreleva o que é pontual ou conjuntural chamado CPLP, ela própria em expansão contínua de observadores associados. No papel crucial das nossas Forças Armadas quanto à Zona Económica Exclusiva, à Plataforma Continental, às missões mais diversas no Atlântico como no Mediterrâneo e, por extensão, noutras paragens, e nelas todas com acento tónico na Marinha, conjugado é certo com a Força Aérea e englobando por igual as mais das vezes o Exército. Na necessidade de, a esta luz, reequipar, reforçar meios, aprofundar relacionamentos externos, aditar áreas de investigação do espaço e dos oceanos, como as do “Air Center” e do Centro de Excelência, portanto de liderança de projetos alargados a partir do Continente, da Madeira, em especial dos Açores e na Costa Ocidental de África, como no golfo da Guiné, redescobrimo, refazendo virtualidades estratégicas para localizações ímpares e capacidades a revitalizar. Em rigor, esta reformulação atenta da política externa e da defesa já começou, fruto de condições objetivas e de perceção dos novos dados internacionais e explica o nosso envolvimento acrescido em missões da NATO, da União Europeia, das Nações Unidas, assim como a preocupação de manter centros de responsabilidade e de decisão nessas organizações em território ou sob comando portugueses.

Encontramo-nos, neste domínio, muito além dos governos, das administrações públicas, das personalidades de cada momento. Estamos a dar expressão renovada a

uma inquestionável constante da nossa definição como Estado e como Nação. Dirão alguns mais distraídos que esta visão é ou deve ser sobretudo de política externa, mesmo no enfoque relacionado com a Defesa Nacional. Nada de mais errado, porque tacanho de horizontes. Do que se trata é de uma visão nacional, que integra a política externa e a política interna, visão tão vasta quanto deve ser a Defesa Nacional, que há muito deixou de se cingir à componente estritamente militar para envolver a demografia, a educação, a saúde, a segurança social, a economia, as finanças, as infraestruturas, a segurança, a justiça e a cultura. Digo bem cultura, que visões nacionais sem valores são vazios existenciais. Claro que Política Externa e de Defesa Nacional, sem busca de excelência diplomática e militar, é proclamação sem efetividade. Só que nós temos a felicidade de contar com diplomacia de elite e de, desde sempre e para sempre, estarmos certos da ilimitada capacidade de afirmação das nossas Forças Armadas, resistentes às mudanças de regime, de sistema político, de contextos estratégicos externos, de vicissitudes internas.

Diplomacia e Forças Armadas bem merecem que os portugueses compreendam melhor a sua inestimável missão, entendendo que há realidades estruturais identitárias que nenhum modismo, populismo, conjunturalismo, pode ou deve esquecer ou minimizar. Também esta é uma dimensão cultural, de cultura cívica, de uma visão de Portugal, a tal visão que nos tem acompanhado ao longo da nossa História e na qual e para a qual o mar é uma peça nuclear. Assim nos constituímos Estado-Nação, assim nos convertemos em Império, assim continuamos a ser na Era pós-imperial e pós-colonial, sem ilusões ou devaneios neoimperialistas, neocolonialistas, nem complexos ex-imperiais ou ex-coloniais. O que fazemos de bom não o esquecemos, o que fazemos de mal não apagamos, assumimos ambos plenamente, sabendo o que nuns justifica júbilo, noutras responsabilidade. Nenhum deles implica rescrever a História da frente para trás, como não se satisfaz com as escritas auto-justificativas da História de trás para frente. Hoje, a nossa visão estratégica global, que abarca o mar, supõe também, acrescido empenhamento nas frentes ecológicas, económicas, sociais e culturais dos oceanos, domínios em que há muito entre nós surgiu e cresce, a pesquisa e o desenvolvimento, mas em que o passo tem que ser estugado.

Na sensibilidade à crise ecológica para que contribuímos, muitas vezes sem disso termos plena compreensão, com a urbanização acelerada das zonas costeiras, a destruição dos *habitats* pré existentes, a poluição por resíduos orgânicos e químicos, a delapidação da biomassa piscícola, a emissão de gases perigosos como o metano e os de efeitos de estufa. Na perceção da interdependência entre economia azul e prevenção de desastres ambientais, de extinção de espécies emblemáticas, dos recifes de coral das zonas lagonais, sapais, mangais e pradarias marítimas. No entendimento

que o problema sendo global é nosso, e que economia, ambiente, prevenção e conservação, estudo e agilidade na atuação constituem faces de uma mesma moeda. Na potenciação da nossa biodiversidade marinha, sem paralelo na Europa, essencial para as indústrias da biotecnologia, em que os Biotas, sua matéria-prima proliferam nos múltiplos ecossistemas do nosso universo. Na posição nuclear dos nossos portos, fundamental para as indústrias portuárias e de reparação naval, repensada e reestruturada, com a ambição de ultrapassar os 100 milhões de toneladas já em 2018 e de colocar Sines na lista dos principais 50 portos do mundo. Na reemergência da indústria dos transportes marítimos, como na aceleração do crescimento das indústrias de transformação de pescado, para além da fasquia atual dos cerca de 17% das exportações agroalimentares. No apoio à aquacultura, área com futuro ainda a escasos anos insuspeitada entre nós.

São inúmeras frentes que exigem mais do que uma coordenação vaga ou cíclica, antes requerem total integração estratégica e orgânico-funcional, por muito complexa que possa ser, nomeadamente entre o ramo das Forças Armadas e mesmo as Forças Armadas como um todo e outras forças militares de segurança e o departamento governativo que encabeça tão exigente responsabilidade nacional.

Excelências.

Havendo um consenso natural em torno da estratégia nacional quanto ao mar, só nos falta o mais importante: explicitá-la e fazê-la partilhar permanentemente com os portugueses; transformá-la em realidade viva e conferir-lhe a urgência das escolhas inadiáveis; fazê-la partilhar pelos portugueses. Sei o que será sempre uma prioridade não assumida por quantos decidem pleitos eleitorais, optam quanto aos novos governantes e sobretudo podem transformar uma evidência de minorias em realidade vivida pelo todo nacional. Conferir a essa realidade viva um cunho de urgência, próprio das escolhas inadiáveis, não que tema que deixemos de prosseguir o mesmo caminho visando alcançar os mesmos objetivos, temo sim, que também desta feita partamos um pouco tarde demais e desaproveitemos ensejos únicos, deixando a outros a primazia onde ela deveria ser nossa.

A geopolítica como a economia ou ecologia não conhecem vazios. Haverá sempre quem preencha a lacuna criada por outrem. É tempo de não perdermos tempo. Esta academia, pela autoridade do seu saber, da sua experiência, da sua cosmovisão, do seu património estudado e publicado, pode e deve, conjuntamente com as suas pares, encabeçar este empreendimento nacional.

Assim sendo, eis uma razão mais de tomo para que o Presidente de Honra lhe agradeça em nome de Portugal.

FOTOGRAFIAS DA SESSÃO SOLENE
DE ENTREGA DO COLAR-INSÍGNIA
AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

GABINETE DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO LIVRO DE HONRA
DA ACADEMIA DE MARINHA



AUDITÓRIO DA ACADEMIA DE MARINHA



ENTREGA DO COLAR-INSÍGNIA
AO PRESIDENTE DE HONRA
DA ACADEMIA DE MARINHA







PALAVRAS PROFERIDAS POR SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PRESIDENTE
DE HONRA DA ACADEMIA DE MARINHA



EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL
PELA BANDA DA ARMADA



VISITA À BIBLIOTECA TEIXEIRA DA MOTA











DESPEDIDA



ARTIGO PUBLICADO NA
REVISTA DA ARMADA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA RECEBE COLAR-INSÍGNIA DA ACADEMIA DE MARINHA

Em 23 de janeiro teve lugar, no Auditório da Academia de Marinha, em Sessão Solene, a cerimónia de entrega do colar-insígnia ao Presidente da República, Presidente de Honra da Academia de Marinha.

O Presidente da Academia de Marinha, Almirante Vidal Abreu, iniciou o seu discurso citando o verso de *Os Lusíadas* “por mares nunca de outro lenho arados” que constitui a divisa da Academia de Marinha. Dirigindo-se ao Presidente da República, referiu que “*é imbuídos do espírito desta divisa que hoje o acolhemos na Academia de Marinha, honrados pela sua presença e orgulhosos por, a partir de hoje, o passarmos a receber também como nosso Presidente de Honra. É uma nova etapa que enfrentaremos com a mesma determinação dos descobridores, bem alicerçada no conhecimento e experiência dos que nos antecederam*”. Seguidamente agradeceu ao Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Silva Ribeiro, o empenho e o entusiasmo dado no apoio da proposta para que “*a Academia de Marinha, à semelhança das outras academias nacionais, também passasse a ter, na pessoa do Senhor Presidente da República, o seu Presidente de Honra, figura que estatutariamente não existia desde a sua criação*”.

Acrescentou que, “*o passar a ter o Presidente da República como Presidente de Honra da Academia de Marinha, é dado mais um contributo para que o seu prestígio saia acrescido, cumprindo-se assim, de uma forma singular, toda a simbologia contida no colar-insígnia: o nó direito que representa a marinharía e o espírito marinheiro; a cruz de Cristo que sempre esteve ligada ao espírito descobridor; a esfera armilar, símbolo do universalismo e a âncora, representação primeira do mar, dos navios e da sua arquitetura, mas também da constância, da segurança e da firmeza*”.

A terminar a sua alocução, disse considerar que “*a presença de Sua Excelência o Presidente da República, institucionalmente ligada a esta Academia, vem reforçar o peso da missão que lhe está cometida — dar a conhecer o mar nas suas várias vertentes, valorizar a importância do mar, ajudar a que o mar deixe de ser apenas palavra de poetas, lembranças do passado, mas clara aposta de futuro*”.

Seguiu-se a entrega do colar-insígnia ao Presidente da República pelo Presidente da Academia de Marinha, tendo aquele de seguida usado da palavra, na qualidade de Presidente de Honra.

O Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, apresentou uma rica síntese histórica sobre a ligação eterna entre Portugal e o mar, desde as suas origens, através dos tempos, das primeiras dinastias, da epopeia dos Descobrimentos até à República dos nossos dias, destacando os contributos dos seus antecessores nas funções de Chefe de Estado.

Para o Presidente da República é preciso “*levar muito mais longe a concretização dos trunfos geoestratégicos lusos, mais próximos ou mais longínquos, e maior empenhamento nas vertentes ecológica, económica, social e cultural dos oceanos. A geopolítica, como a economia ou a ecologia, não conhecem vazios. Haverá sempre quem preencha a lacuna criada por outrem. É tempo de não perdermos tempo*” e “*no nosso conceito estratégico de defesa nacional, indissociável da nossa própria identidade e carecido de*

adicionais reflexões nestes tempos desafiantes, o mar tem sempre de ocupar posição central na educação, na formação, na pedagogia cívica, na assunção generalizada pelos portugueses e, em especial, pelas gerações mais jovens”.

Afirmou também, que o mar confere a Portugal a sua universalidade, realçando a atenção que deverá ser dada ao “*flanco sul da União Europeia e da Aliança Atlântica, ao Mediterrâneo, ao próximo Oriente, ao norte de África, além da natural complementaridade euro-africana e o trans-atlantismo*”.

A terminar, destacou ainda que “*Portugal é um dos 25 estados com maior Zona Económica Exclusiva do mundo, que os seus fundos sub jurisdicionais poderão atingir mais de 3,8 milhões de km² e as áreas de busca e salvamento são 62 vezes o seu território, além de 60% das trocas comerciais e 75% das importações se fazerem através do mar*”.



Em suma, foi uma comunicação que percorreu a nossa História, o que fomos e agora somos, a evolução dos conceitos e desafios sobre que Marinha queremos na atualidade e o seu papel na estrutura económica, na defesa nacional, na segurança e das valências do mar na sua atual complexidade e diversidade.

A finalizar a sessão, foi executado pela Banda da Armada o Hino Nacional, cantado por todos os presentes.

Antes do Porto de Honra servido na Galeria da Academia de Marinha, o Presidente da República, acompanhado pelo Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional e pelo Presidente da Academia de Marinha, visitou a Biblioteca Teixeira da Mota, onde teve ocasião de apreciar as obras mais emblemáticas editadas pela Academia de Marinha.



José dos Santos Maia
SAJ
Academia de Marinha

EXTRATO DO DECRETO-LEI

misto a disponibilizar, ou disponibilizado, na bolsa de terras ou no banco de terras, e relacionados com a finalidade dessa disponibilização, são reduzidos em 75 %.

35 — Os emolumentos devidos pela realização de atos de registo de factos relativos a prédios rústicos destinados à exploração florestal, adquiridos por entidades de gestão florestal (EGF) reconhecidas, ou por associadas destas, que afetem, no prazo de seis meses, esses prédios à gestão dessa EGF, são reduzidos em 75 %.

36 — A redução prevista no número anterior é igualmente aplicável às unidades de gestão florestal (UGF) reconhecidas, ou por associadas destas, desde que seja promovida a afetação dos prédios rústicos à gestão dessa UGF, no prazo aí previsto.»

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.
Aprovada em 27 de outubro de 2017.

O Presidente da Assembleia da República, *Eduardo Ferro Rodrigues*.

Promulgada em 6 de dezembro de 2017.

Publique-se.

O Presidente da República, *MARCELO REBELO DE SOUSA*.

Referendada em 7 de dezembro de 2017.

O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*,
110988326

DEFESA NACIONAL

Decreto Regulamentar n.º 10/2017

de 15 de dezembro

A Academia de Marinha é um órgão de natureza cultural, com autonomia científica, a funcionar na direta dependência do Chefe do Estado-Maior da Armada, incumbindo-lhe promover e desenvolver os estudos e divulgar os conhecimentos relacionados com a história, as artes, as letras e as ciências e tudo o mais que diga respeito ao mar e às atividades marítimas, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, que aprovou a orgânica da Marinha.

Em conformidade com o respetivo Estatuto, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho, são órgãos da Academia de Marinha a Assembleia dos Académicos, o Presidente, o Conselho Académico e a Assembleia Cultural.

A Academia de Marinha detém autonomia científica e possui atualmente um espetro muito alargado no que concerne às áreas da cultura e das ciências relacionadas com o mar e as atividades marítimas, muito para além do que diz respeito à marinha militar.

Atendendo à sua transversalidade e à sua relevância como academia científica, quer em termos nacionais quer em termos internacionais, procede-se com o presente decreto regulamentar à atribuição da Presidência de Honra da Academia de Marinha ao Presidente da República.

Assim:

Nos termos da alínea c) do artigo 199.º da Constituição e do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto regulamentar altera o Estatuto da Academia de Marinha, procedendo à segunda alteração ao Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2016, de 24 de maio, que aprovou a regulamentação das atribuições, competências e organização da estrutura interna da Marinha.

Artigo 2.º

Alteração ao Estatuto da Academia de Marinha

O artigo 14.º do Estatuto da Academia de Marinha, aprovado no anexo II ao Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2016, de 24 de maio, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 14.º

[...]

1 — [...]:

- a) Presidente de Honra;
- b) [Anterior alínea a).]
- c) [Anterior alínea b).]
- d) [Anterior alínea c).]
- e) [Anterior alínea d).]

2 — [...].»

Artigo 3.º

Aditamento ao Estatuto da Academia de Marinha

É aditado ao Estatuto da Academia de Marinha, aprovado no anexo II ao Decreto Regulamentar n.º 10/2015, de 31 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 1/2016, de 24 de maio, o artigo 14.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 14.º-A

Presidente de Honra

O Presidente da República é o presidente de honra da Academia de Marinha.»

Artigo 4.º

Entrada em vigor

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2018.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de outubro de 2017. — *António Luís Santos da Costa* — *Mário José Gomes de Freitas Centeno* — *José Alberto de Azevedo Ferreira Lopes*.

Promulgado em 30 de novembro de 2017.

Publique-se.

O Presidente da República, *MARCELO REBELO DE SOUSA*.

Referendado em 7 de dezembro de 2017.

O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*,
110983125

DEFINIÇÃO DE COLAR-INSÍGNIA

COLAR – INSÍGNIA DA ACADEMIA DE MARINHA

Os membros da Academia de Marinha dispõem de insígnias próprias, que têm a forma de colar, para uso em ocasiões solenes, qualquer que seja a sua categoria, podendo ser usado, com uniforme, pelos oficiais da Marinha que sejam membros da Academia de Marinha. A especificação e características do colar são as seguintes:

ESPECIFICAÇÃO

1 - Configuração

O colar tem a configuração e dimensões mostradas no desenho abaixo.

É constituído pela cadeia, elemento central e pendente (medalhão), com as seguintes características.

a. Cadeia

A cadeia é constituída pelos seguintes elementos:

- Nó direito, de 24 mm de comprimento, com fundo vazado, tendo em cada extremidade dois elos metálicos por onde se prende por fuzis ao elemento seguinte, exceto os dois primeiros que se prendem apenas por um elo ao elemento central do qual pende o medalhão.

- Círculo, de 20 mm de diâmetro, contendo em relevo a esfera armilar, com configuração do eixo, equador, trópicos e círculos polares que, por convenção estética, se figuram equidistantes, e com uma banda cobrindo a linha da eclíptica. Cada círculo tem em ambas as extremidades dois elos metálicos, por onde se prende por fuzis ao elemento seguinte.

- Quadrado, de 20 mm de lado, com os cantos boleados, contendo a Cruz de Cristo na sua utilização tardo medieval, como cruz grega. Cada quadrado tem em ambas as extremidades dois elos metálicos, por onde se prende ao elemento seguinte.

b. Elemento central

É o elemento de ligação do pendente (medalhão) à cadeia, e é constituído por uma âncora envolvida por capela de folhas de louro cujos terminais tocam o anete da âncora. Este elemento tem dois elos na sua parte superior, por onde se prende por fuzis aos dois primeiros nós da cadeia e um elo inferior por onde se liga com fuzil ao medalhão.

c. Pendente ou medalhão

O pendente contém a insígnia da Academia de Marinha. É constituído por um círculo de 61 mm de diâmetro, contendo uma coroa circular rematada por duas virolas, no interior do qual se inscreve uma Rosa dos Ventos de oito rumos. Sobre a coroa circular inscrevem-se duas legendas. A primeira ocupando os dois terços superiores, escrita em letra gótica contém o verso de Os Lusíadas, divisa da Academia de Marinha, «Por mares nunca de outro lenho arados». A segunda ocupando o terço inferior da coroa, escrita em letra romana maiúscula, entre dois pontos, tem a designação de “ACADEMIA DE MARINHA”.

2 - Simbologia

Nó direito de cabo – Representa a marinharia.

Cruz de Cristo – É a cruz da ordem de cavalaria que patrocinou os descobrimentos e era usada nas velas redondas dos navios da epopeia marítima portuguesa.

Esfera armilar – Foi o emblema pessoal do Rei D. MANUEL I e usada frequentemente nas bandeiras navais do século XVI. Simboliza o caráter universalista da expansão portuguesa.

Âncora – Simboliza a arquitetura naval.

3 - Manufatura

a. O número de elementos que compõem a cadeia do colar é de:

Quadrado (Cruz de Cristo) – 6

Círculo (Esfera armilar) – 6

Nó direito – 14

b. Todos os elementos do colar e o medalhão são fabricados em bronze por estampagem em cunhos próprios, recortados e dourados a ouro fino, com as seguintes espessuras:

Elementos da cadeia – 1,5 mm

Medalhão – 3,5 mm

Elemento central – 2,0 mm

c. Os seguintes elementos do colar são esmaltados nas seguintes áreas e cores:

Quadrado – Cruz de Cristo vermelha em fundo branco

Círculo – Esfera dourada em fundo azul-marinho

Pendente – Pontas da Rosa dos Ventos, alternadamente em vermelho e azul naval.



